



|                                     |                         |                              |
|-------------------------------------|-------------------------|------------------------------|
| <b>Veículo: O Liberal</b>           |                         |                              |
| <b>Data:</b> 21/05/2017             | <b>Caderno:</b> Poder   | <b>Página:</b> 15            |
| <b>Assunto:</b> Reforma Trabalhista |                         |                              |
| <b>Tipo:</b> Notícia                | <b>Ação:</b> Espontânea | <b>Classificação:</b> Neutra |

# Acordos valerão mais do que legislação

## TRABALHO

Caso seja aprovada, a reforma trabalhista vai afetar quem tem carteira assinada

**CLEIDE MAGALHÃES**  
Da Redação

**A**pós a aprovação na Câmara dos Deputados, a proposta de reforma trabalhista do governo federal chegou ao Senado como prioridade, mas divide opiniões no país. O desemprego afeta quase todas as famílias com um contingente de 24,3 milhões de pessoas sem emprego ou subutilizadas, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A expectativa do governo é aprovar a proposta ainda neste semestre. Porém, isso é incerto, ainda mais diante da instabilidade na política.

Para a advogada e professora-doutora de Direito do Trabalho do curso de Direito e do Programa de Pós Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará (UFPA), Valena Jacob, a reforma afetar todos os empregados brasileiros com vínculo pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). No projeto da reforma trabalhista, protocolado no Senado como Projeto de Lei da Câmara (PLC) 38/2017, o governo defende que as alterações são importantes para melhorar as relações de trabalho no país. O

projeto tramita em conjunto com outras duas propostas que já estavam no Senado e que tratam de questões que estão dentro da reforma.

O texto apresentado pelo relator, Rogério Marinho (PSDB-RN), mantém a prevalência dos acordos coletivos em relação à CLT em pontos específicos, propõe algumas garantias ao tra-

Para a advogada, os problemas apontados pelo governo na tentativa de justificar a reforma não são jurídicos, mas decorrem de limitações do próprio modo de produção capitalista. "A reforma visa buscar uma solução, mas, ao contrário, agravará o problema, pois diminuirá o custo da produção com a redução dos ganhos dos trabalhadores, o que, sob o ponto de vista econômico, favorece o processo de acumulação da riqueza produzida pelo trabalho. Assim, interessando apenas a poucas empresas, uma vez que diminuirá o consumo e, por consequência, prejudicará também os próprios empregadores, sobretudo as micro e pequenas empresas", considera.

Valena Jacob afirma que, historicamente, as reformas reduzem direitos e favorecem o processo de acumulação da riqueza, agravando o problema do trabalhador terceirizado e o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical, entre outras alterações. O documento cria ainda duas modalidades de contratação: a de trabalho intermitente, por jornada ou hora de serviço, e também o home office.

ma do desemprego, que é a maior causa de inadimplência no comércio, segundo a Associação Comercial do Estado de São Paulo, além de produzir o aumento do tráfico de drogas em São Paulo, citou a advogada, que é diretora da Faculdade de Direito da UFPA e da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat).

Ainda na opinião dela, a reforma caminha no sentido do desmonte total do que ainda resta de um Estado Social Democrático de Direito no Brasil. "Os discursos que temos ouvido atualmente a favor da reforma trabalhista tentam difundir a ideia de que quem é a favor são pessoas modernas, ponderadas e razoáveis, e quem se manifesta de forma contrária são pessoas retrógradas, radicais e ideológicas. No entanto, devemos ressaltar que não estamos diante de uma mera reforma trabalhista e, sim, de uma reformulação profunda no modo de ser social dos trabalhadores brasileiros, destruindo-se bases jurídicas do Estado Democrático de Direito, que nunca chegamos a experimentar, como o fazem os trabalhadores dos países ditos de primeiro mundo", comparou.

Para Valena Jacob, o certo seria o país realizar ampla reforma tributária, determinando aos que ganham mais que paguem mais impostos, e aos que ganham menos, que paguem menos.



“O certo é que a proposta de reforma visa uma reconstrução dos destinos da sociedade brasileira, de acordo com os interesses exclusivos do setor econômico, pondo em risco não apenas os direitos e a vida dos trabalhadores brasileiros, mas a democracia e o Estado de Direito. E isso fora de qualquer parâmetro democrático, com a simples pretensão de impor uma enorme derrota aos trabalhadores, como se tivessem sido eles, ao longo da história do Brasil, grandes privilegiados e os verdadeiros culpados pela crise econômica do país”, apontou a advogada.

## TRAMITAÇÃO

A reforma trabalhista vai passar por três comissões do Senado: Assuntos Econômicos (CAE) Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) Assuntos Sociais (CAS). Depois que for analisada nas comissões, a reforma segue para votação em plenário. Não há um prazo mínimo ou máximo determinado para isso acontecer. Quem determina quando o projeto entra na lista de votações é o presidente do Senado. Nesta Casa precisa de maioria simples para ser aprovada, ou seja, metade dos senadores presentes na sessão, mais um. Se for aprovada pelo Senado, a reforma segue para sanção do presidente Michel Temer. Se sofrer alguma alteração, porém, ela deve voltar para a Câmara para ser analisada novamente.

**Projeto passará por três comissões do Senado antes de ir à **votação** no plenário da Casa**



**Professora Valena Jacob** duvida que reforma trabalhista ajude a gerar empregos